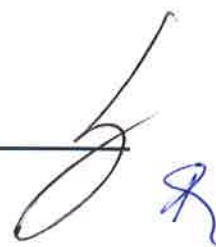




1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	2
3.	PROGRAMA DO XII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	4
4.	AÇÕES A DESENVOLVER EM 2018	6
5.	RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.	9
6.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	11
6.1.	PLANO DE INVESTIMENTOS 2018.....	11
6.2.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	12
7.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA.....	13
7.1.	PRESSUPOSTOS.....	13
7.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS.....	14
7.3.	GASTOS OPERACIONAIS	15
7.4.	GASTOS FINANCEIROS.....	16
7.5.	OUTROS GASTOS	16
8.	PLANO DE FINANCIAMENTO	16
8.1.	AUTO-FINANCIAMENTO	17
8.2.	PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	17
8.3.	RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018.....	18
9.	DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL.....	19
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL	22
	ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL.....	23
	ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	24
	ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	25
	ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	26
	ANEXO VI – GASTOS	27
	ANEXO VII – PLANO DE INVESTIMENTOS	28



1. INTRODUÇÃO

A APRAM, S.A. – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (APRAM, S.A.) tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

Em 2018, a APRAM, S.A. prosseguirá uma estratégia integrada do sector portuário na RAM, atenta a sua missão e valores, de acordo com o programa do XII Governo Regional da Madeira e das orientações de gestão emanadas pelo seu único acionista, procurará rentabilizar as infraestruturas portuárias, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento sustentável nas vertentes ambiental, social e económica.

Este documento, reflete e descreve as obras necessárias à reabilitação das infraestruturas portuárias sob jurisdição da APRAM, S.A., bem como elenca as fontes de financiamento para a efetiva concretização. As atividades a concretizar em 2018 foram definidas em função do necessário enquadramento orçamental, atento o grau de necessidade e urgência das intervenções, sem prejuízo de outras, igualmente necessárias a muito curto prazo.

Em 2014 a APRAM, S.A. foi reclassificada, passando a integrar o perímetro de enquadramento orçamental da administração direta regional, estando assim obrigada ao cumprimento de todas as normas e procedimentos no que se refere à execução orçamental, e, nomeadamente, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

A conjuntura de contenção orçamental necessariamente condicionou o plano de investimentos da APRAM, S.A..

Assim e no que se refere a investimentos, o plano foi reduzido e inclui, essencialmente, as intervenções nas infraestruturas portuárias mais degradadas, bem como as obras que potenciam a utilização e rentabilização.

No que toca aos resultados líquidos temos em consideração os seguintes fatores:

- Vocação da empresa para a presta o de serviço público e as orienta es do acionista quanto   atualiza o do tarifário, defini o de isen es/extin o de taxas, onde se inclui a TUP exporta o de contentores cheios, a isen o de pilotagem aos comandantes dos navios que reúnam condi es para tal, de modo a reduzir os custos globais da fatura portuária;
- Elevados encargos financeiros resultantes do serviço da d vida, das amortiza es do imobilizado, resultado da entrada em funcionamento das infraestruturas portuárias e de novos equipamentos;
- Não rece o de indemniza es compensatórias, por parte do Governo Regional da Madeira, designadamente com a isen o de taxas portuárias previstas no contrato de concessão da linha marítima de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, celebrado entre a Porto Santo Line e o Governo Regional da Madeira em 1994.

2. MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo presente o objeto social e as atribui es que foram acometidas   APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circula o de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência econ mica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.
- Valores:
 - o Qualidade – Procurar a excelência na sua atua o, esforçando-se diariamente por uma presta o de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
 - o Segurança – garantir a segurança da vida humana, a preserva o do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a prote o da propriedade;
 - o Atitude – atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organiza o e satisfazer as expetativas de todos os parceiros;

- Inovação – encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas serão aproveitados pela APRAM, S.A. na concretização da sua estratégia de negócio, em conjugação com os seus parceiros sempre que possível, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária;
- Reestruturação portuária;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança (safety e security) portuária.

A capacidade e a função comercial dos Portos da Madeira, no que respeita ao turismo de cruzeiros, deverá ser consolidada, numa perspetiva de assegurar um fluxo anual de passageiros não inferior a meio milhão.

As infraestruturas criadas e de apoio ao turismo de cruzeiros, nomeadamente a Gare Marítima da Madeira, deverão ser maximizadas e rentabilizadas, articulando-se assim com o objetivo supra referido.

Será dado seguimento ao desenvolvimento de programas de monitorização ambiental e de segurança marítima nos portos da RAM.

Da mesma forma, será dada continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.

A atuação da APRAM, S.A., neste âmbito, será materializada por:

- Propostas dos planos anuais, nomeadamente de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos e terminais;
- Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo;

- Propostas legislativas, nomeadamente a adaptação à RAM de legislação nacional com relevância para o sector marítimo portuário,
- Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para o sector, no segmento de cruzeiros, objeto de concorrência;
- Propostas para o estabelecimento de parcerias transnacionais, envolvendo os governos das regiões na parte em que seja viável a complementaridade do negócio;
- Propostas de tarifários, numa ótica custo/benefício, embora a componente de serviço público tenha que ser salvaguardada, mas de modo a que não seja colocada em questão a viabilidade da empresa;
- Intervenção, direta ou indiretamente, em propostas de legislação nacional relacionada com a atividade portuária ou com o desenvolvimento da RAM.

3. PROGRAMA DO XII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O programa do XII Governo da Região Autónoma da Madeira destaca os condicionalismos próprios de um território insular e ultraperiférico, com especial ênfase para a dependência da economia da Região em relação ao exterior, e nos quais se inclui o setor marítimo portuário, de um modo global, e necessidades de deslocação dos residentes inter ilhas, em particular.

É igualmente destacado o Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira, 2014-2020 – PIETRAM, “documento orientador da ação do Governo Regional e um instrumento de articulação com outras entidades com intervenção no sector dos transportes (aéreos, marítimos e terrestres)” e que tem naturalmente implicações estratégicas sobre a política marítimo portuária na RAM.

Estão consagrados no Programa do XII Governo prioridades com implicações diretas sobre a APRAM, S.A., de que se destacam:

- Melhoria das acessibilidades externas, aéreas e marítimas, para passageiros e carga, de modo a promover a maior competitividade da Região;
- Melhoria das acessibilidades e da mobilidade de pessoas e bens entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo, com maior comodidade e menores custos;

- Melhoria da eficiência e a racionalidade da utilização e valorização das infraestruturas portuárias da Madeira e do Porto Santo.

Como principais medidas a implementar nos transportes marítimos destacam-se as seguintes:

- Reabilitar os equipamentos portuários, de modo a dotar a Região de um serviço marítimo portuário competitivo que se assuma como motor de desenvolvimento e de atração ao mercado internacional;
- Desenvolver um plano para a reestruturação do sector portuário e conseqüentemente da APRAM, S.A., visando a otimização e rentabilização dos portos da RAM, assegurando os níveis de serviço adequados e racionalizados, e ainda tomar medidas estruturantes para a viabilidade da APRAM, S.A.;
- Promover e incentivar o transporte marítimo de passageiros entre a Região e o continente português, analisando a possibilidade de combinar o transporte de passageiros com carga agregada;
- Valorizar e rentabilizar as novas infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a nova Gare Marítima da Madeira;
- Fomentar a promoção dos portos da RAM no que respeita ao turismo de cruzeiros, apostando na captação de mais escalas para a ilha do Porto Santo;
- Continuar e reforçar os programas de monitorização ambiental e de segurança marítima, dando igualmente continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector;
- Promover a articulação do PIETRAM com as estratégias locais de mobilidade e transportes;
- Catalisar a cooperação e a inovação na área da mobilidade e transportes, participando em redes nacionais e internacionais e promovendo projetos de cooperação regionais e inter-regionais nos domínios da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, na área da mobilidade e transportes”.

A qualificação do destino também passa pelos seus portos. Nesta medida, o destino Madeira é considerado pelo *trade* internacional um destino de qualidade, com infraestruturas e serviços

ímpares, altamente elogiados e valorizados, de que resulta uma elevada taxa de fidelização dos seus visitantes, nos quais se incluem os cruzeiristas.

A APRAM, S.A. tem presente que a qualificação do destino também passa, e muito, pelos seus portos.

Nesta medida, o destino Madeira é considerado pelo trade internacional um destino de qualidade, com infraestruturas e serviços ímpares, altamente elogiados e valorizados, de que resulta uma elevada taxa de fidelização dos seus visitantes, nos quais se incluem os cruzeiristas.

Assim, destacam-se como principais orientações estratégicas:

- Integrar e potenciar a oferta ao nível dos serviços de transportes marítimos, os portos e marinas, as atividades marítimo-turísticas e de náutica de recreio, de modo a reforçar e enriquecer a oferta turística, resultando na criação de produtos turísticos de interesse e de qualidade para o destino;
- Criar condições para o acompanhamento atempado dos dados referentes ao sector do Turismo, associado a uma análise profunda das tendências mundiais no mercado de cruzeiros, considerando os indicadores da WTO e o posicionamento do porto do Funchal a nível mundial.

4. AÇÕES A DESENVOLVER EM 2018

A APRAM, S.A. dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro à prossecução dos objetivos estratégicos referidos no número anterior.

Assim, será dado cumprimento ao estipulado no ORAM 2018, sendo implementadas as medidas preconizadas nos referidos documentos e na parte aplicável ao Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira e às Empresas Recllassificadas.

No cumprimento dos objetivos estabelecidos, assume relevância:

- Continuação dos estudos para a reestruturação portuária e, por conseguinte, da APRAM, S.A.;
- Definição das atividades a licenciar e ou concessionar, bem como do modelo de exploração portuária (Tool ports / Landlord ports);

- Melhoria das condições de atratividade da área de jurisdição do Porto do Caniçal, de modo a rentabilizar os espaços vazios,
- Eventual alteração do modelo de exploração da operação portuária do Caniçal, em revisão e atualização do atual modelo;
- Rentabilização do espaço portuário ocupado pelo estaleiro naval do Caniçal;
- Rentabilização das infraestruturas existentes, designadamente Zona de Apoio Logístico (ZAL) do Porto Novo;
- Rentabilização da Gare Marítima da Madeira e espaços comerciais adjacentes;
- Análise da eventual transferência da administração e gestão, total ou parcial, dos pequenos portos para as autarquias locais ou para o departamento governamental com responsabilidades na gestão da orla costeira;
- Criação de sinergias através da interação com o turismo náutico, turismo ligado à natureza e ao bem-estar.

A nível dos recursos humanos, para o ano de 2018, e devido à contenção de gastos, prevê-se:

- Revisão do Acordo de Empresa, em linha com a revisão do acordo coletivo de trabalho celebrado entre as administrações portuárias do continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias;
- Continuidade de um plano de RH para a substituição das saídas, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços quando tal não se revele possível. Tratando-se da eventual saída de técnicos qualificados, torna-se imprescindível a sua substituição direta e imediata;
- Implementação do plano plurianual 2018-2019 de formação profissional;
- Continuação da monitorização em termos de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa, materializada através dos exames médicos periódicos, sensibilização e controlo da alcoolemia e análise às condições ergonómicas dos postos de trabalho;

- Racionalização dos métodos de organização do trabalho, conciliando os interesses, em termos de funcionamento dos portos com os da restante comunidade portuária, com otimização dos custos do trabalho extra;
- Eventuais acordos de cedência de pessoal consoante as atividades e o regime de licenciamento / concessão que vier a ser adotado para os portos do Porto Santo e do Caniçal;
- Aplicação das regras laborais que vierem a ser aprovadas para o pessoal do setor marítimo portuário;
- Homenagem aos trabalhadores que completam 35 anos ao serviço da APRAM, S.A., e dos organismos que a antecederam, no dia do porto do Funchal;
- Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
- Incentivo ao autodesenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

Como autoridade portuária, a APRAM, S.A. é responsável pela eficiência da comunidade portuária, promovendo a comunicação e o interface com os diferentes parceiros do setor, estando previstas as seguintes ações:

- Promoção da utilização de recursos e da agilização dos procedimentos e dos fluxos de informação associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os agentes económicos e autoridades (marítimas, sanitárias, veterinárias e policiais, entre outras), através da JUP - Janela Única Portuária e das redes AIS (*Automatic Information System*);
- Implementação na APRAM, S.A., como porto piloto, da JUL – Janela Única Logística, cujo projeto está a ser desenvolvido em parceria com todas as Administrações Portuárias nacionais (continente, Madeira e Açores), agentes económicos presentes nos portos e demais Autoridades (Aduaneira, Marítima, Fronteira, Saúde e Portuária) e tendo como base o MRN – Modelo de Referência Nacional para os processos portuários, as funcionalidades impostas por alterações legais aplicáveis ao sector portuário, a uniformização das ferramentas informáticas de desmaterialização de processos a nível nacional, a facilitação na transmissão da informação à comunidade portuária

interveniente na gestão das linhas marítimas de passageiros e mercadorias e a união de esforços que representam uma redução de recursos;

- Potenciar as características do sistema informático SIGPOR, implementado aquando da reclassificação da empresa de modo a que, além de responder às necessidades e exigências legais, nomeadamente a implementação do SNC-AP e S₃CP, dos reportes da contabilidade orçamental/patrimonial, concomitantemente possa ser uma ferramenta de apoio à gestão;
- Aperfeiçoamento do sistema de incentivos para promoção de escalas de navios de cruzeiro e embarcações de recreio no Porto Santo, nomeadamente através da dinamização do porto do Porto Santo para cruzeiros temáticos;
- Captação de novas rotas e escalas para o porto do Funchal, consolidando e reforçando a sua posição como porto de escala em viagens transatlânticas e também em itinerários regulares, que incluem as Canárias, Cabo Verde e/ou os portos portugueses;
- Participação em feiras e eventos internacionais, em parceria com a APMadeira, nomeadamente na Seatrade Miami e na Seatrade Europe, publicidade em revistas da especialidade nacionais e internacionais para promoção dos portos da RAM;
- Desenvolvimento da parceria com os portos de Canárias e outras regiões da Macaronésia, nomeadamente no desenvolvimento da atividade de cruzeiros no projeto Cruise Atlantic e na CAI;
- Reforço da parceria com os portos portugueses no desenvolvimento da atividade de cruzeiros sob a marca Cruise Portugal;
- Criação, com os demais parceiros, do *Madeira Cruise Club* e do *Madeira Cruise day*.

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A. é parte integrante da administração pública regional e tem por objeto a prestação de serviços, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas derivadas da sua atividade.

Com a reclassificação, a APRAM, S.A. passou a estar equiparada aos serviços e fundos autónomos. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, sujeitando-a

a adaptar-se a novos procedimentos de natureza legal, administrativa e contabilística, nomeadamente:

- Cumprimento integral dos limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- Cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- Obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP.

O Orçamento da APRAM, S.A., para o ano económico de 2018, na ótica da contabilidade pública apresenta um valor global de 42.368.146€ (quarenta e dois milhões trezentos e sessenta e oito mil cento e quarenta e seis euros).

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) é a expressa no quadro infra:

Quadro 1 – Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2018

Un.: Euros

Designação	Orçamento
Receitas correntes	12.115.999
Receitas de capital	30.252.147
Total das receitas	42.368.146
Despesas correntes	17.479.725
Despesas de capital	24.888.421
Total das despesas	42.368.146

Fonte: APRAM, S.A.

Considerando que a APRAM, S.A. é uma empresa pública reclassificada, o seu orçamento na ótica da contabilidade pública para o ano económico de 2018 integra o orçamento da RAM, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro bem como o PIDDAR - Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para 2018.

6. PLANO DE INVESTIMENTOS

6.1. PLANO DE INVESTIMENTOS 2018

A APRAM, S.A. modernizou as suas infraestruturas portuárias e apetrechou-as com os mais modernos meios de apoio às operações marítimas e portuárias.

No entanto, e como já referido, os temporais de fevereiro de 2010 e de dezembro de 2013 provocaram enormes estragos. Para a sua reparação e substituição de equipamentos têm sido necessários investimentos, de modo a repor as condições normais de operacionalidade e de segurança de pessoas e bens.

Acresce que os portos estão sujeitos a fatores adversos, resultantes das forças da natureza, designadamente das condições meteorológicas e das correntes marítimas, pelo que existe uma contínua necessidade de realização de obras de conservação, manutenção e reabilitação.

Urge a necessidade de desenvolver estudos (em modelo reduzido e em modelo matemático) sobre a agitação marítima, dinâmica dos fundos e das correntes existentes na bacia navegável do porto do Funchal, considerando as componentes hidrodinâmicas necessariamente alteradas e condicionadas pelas mais recentes intervenções na área portuária, que modificaram a hidrografia e a orografia desta bacia.

Simultaneamente, e de modo a habilitar o acionista para a tomada de decisão no que concerne ao eventual aumento do molhe-cais exterior do porto do Funchal (Pontinha) e do cais 8 foram contratados estudos, projetos, ensaios e demais instrumentos indispensáveis à referida tomada de decisão.

Estão em curso os estudos e os projetos conducentes às empreitadas de reposição dos mantos de proteção do molhe exterior do porto do Funchal, do terraplano nascente do porto do Caniçal, e reparações nos portos da Ribeira Brava, Porto Santo, Machico e Ponta do Sol.

No porto do Funchal proceder-se-á a ações de manutenção na Gare Marítima, ao processo de concessão do heliporto e à construção das instalações de apoio à atividade de cruzeiros no terminal norte (cais 6).

Contudo, face aos constrangimentos financeiros da RAM e ao volume de investimento necessário não será ainda possível efetuar a totalidade das reparações dos danos do temporal

de 10 de dezembro de 2013 e outras que se afiguram igualmente necessárias, nomeadamente Cais de Santa Cruz, Cais do Seixal e Cais do Paul do Mar.

Para 2018 o investimento global será na ordem de 9.281.633,00 €.

Os investimentos serão financiados por receitas próprias (3%), celebração de contratos programa (67%), Lei de Meios (29%) e fundos comunitários através do Madeira 14-20 e do Portugal 20-20 (JUL). Estão elencados no quadro 2 e no mapa anexo VII – Plano de investimentos.

Quadro 2 – Plano de Investimentos 2018 – por Fonte de financiamento

Un: Euros

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL 2018	%
391 – Financiamento nacional – Lei de Meios	2.700.000	29%
392 – Financiamento nacional – Fundo de Coesão Nacional	6.190.183	67%
482 – Outros saldos de fundos europeus - Outros	76.450	1%
510 - Receita Própria não afeta a projetos cofinanciados – Receita própria do ano	315.000	3%
INVESTIMENTO APROVADO PARA O ANO 2018	9.281.633	100%

Fonte: APRAM, S.A.

6.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Destacam-se as principais ações plurianuais a que a APRAM, S.A. se propõe:

- Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal;
- Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal;
- Reparação dos danos causados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 no cais de Machico;
- Reparação do porto do Porto Santo;
- Reabilitação do cais da Ribeira Brava;
- Reabilitação do cais da Ponta do Sol;
- Reforço do manto de proteção do terraplano nascente do porto do Caniçal;

- Reparação do terminal de contentores do porto do Caniçal.

A calendarização e a assunção dos encargos com os investimentos dependerão de vários fatores, a definir pelo acionista, nomeadamente:

- Fontes de financiamento (tratando-se de reparação e manutenção de obras já existentes, face ao atual enquadramento de acesso à comparticipação comunitária, atualmente as candidaturas não são possíveis);
- Urgência e criticidade da reparação do terraplano do Caniçal. O projeto técnico da intervenção ficará concluído em 2018. O avançado estado de degradação poderá colocar em causa a segurança de pessoas e bens que diariamente utilizam aquela infraestrutura e afetar a normal movimentação de cargas no terminal, com reflexos diretos nos tempos de movimentação das mercadorias e eficiência da operação de carga/descarga.

7. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

7.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes políticas macroeconómicas, a volatilidade dos mercados geradores de turismo de cruzeiro e a importância vital do sector marítimo na economia regional, a economia da RAM tem-se confrontado com um conjunto de desafios.

A APRAM, S.A. foi apanhada por esta conjuntura desfavorável e acabou por ser integrada no perímetro da administração pública regional direta, em virtude da sua incapacidade para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos ao longo das décadas de noventa e dois mil, para a realização de investimentos reprodutivos e não reprodutivos, embora avalizados pelo Governo Regional, sem as devidas contrapartidas financeiras.

Assim, para 2018, serão celebrados contratos com o Governo Regional para:

- Cobertura dos encargos com o serviço da dívida (juros e amortização de capital), decorrente dos investimentos realizados em cumprimento das orientações do acionista - celebração de contrato de mútuo;
- Financiamento de investimentos de interesse público geral - Celebração de contratos programa.

A APRAM, S.A. não recebe indemnizações compensatórias pela utilização das infraestruturas portuárias na ligação de serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, o qual nos termos do contrato de concessão celebrado entre o Governo Regional e ao Porto Santo Line está isento do pagamento das taxas portuárias e da utilização das áreas dominiais afetas ao manuseamento e armazenagem da carga transportada entre as duas ilhas.

De igual forma, na sequência da Resolução n.º 1565/96, estão isentos do pagamento de taxas portuárias os navios de transporte de mercadorias que transportem gás e produtos similares para o Porto Santo. Estas taxas representariam, caso fossem cobradas, um valor aproximado de 1.533.310 euros anuais.

Ainda neste campo, fruto da entrada em vigor da Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto ficaram isentas do pagamento de TUP carga todas as exportações efetuadas com origem em portos da RAM, exceção feita aos contentores vazios.

Os encargos financeiros (serviço da dívida), a contratualizar com o Governo Regional em 2018, rondarão os 21,15 M€.

Em 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista para fazer face aos encargos do serviço da dívida paga, cujos montantes estão indicados no mapa seguinte:

Quadro 3 - Contrato de mútuo

DATA DO CONTRATO	DESCRIÇÃO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	VALOR UTILIZADO	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO	DATA DE REEMBOLSO
20-01-2016	Amortizações de capital de operações financeiras	29.111.778,00 €	28.815.277,99 €	31-12-2016	30-06-2017
04-04-2017	Amortizações de capital de operações financeiras	17.419.073,00 €	15.606.787,34 € ¹	31-12-2017	30-06-2018

7.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Tendo por base todos os montantes fixados no Regulamento tarifário, o qual não sofre atualizações positivas de preços desde 2012 e a evolução da atividade, mormente a movimentação de mercadorias nos portos da RAM, estimam-se rendimentos operacionais para

¹ Em 2017 a APRAM, S.A. participou no pagamento da dívida em 1.812.285,66 € pelo que não utilizou o total contratualizado em mútuo com o Governo Regional.

o ano de 2018 no montante global de 11.957.704 €, conforme resumido no quadro infra e, melhor discriminado, no Anexo V:

Quadro 4 - Rendimentos Operacionais do Exercício

Un: Euros

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2018	ORÇAMENTO 2017	VAR. (%)
TUP - Navio	1.311.677	1.266.612	3,56%
TUP - Carga	1.214.737	1.173.001	3,56%
Tráfego de Passageiros	1.370.989	1.323.885	3,56%
TUP Contentores	3.306.449	3.192.848	3,56%
Outros Serviços a Navios	3.311.719	3.197.936	3,56%
Outros Serviços à Carga	144.108	139.156	3,56%
Concessões e Rendas ²	1.171.575	1.380.084	-15,11%
Subsídios à Exploração	126.450	81.075	55,97%
TOTAL	11.957.704	11.754.597	1,73%

Fonte: APRAM, S.A.

7.3. GASTOS OPERACIONAIS

Para o ano de 2018 foram orçamentados gastos operacionais no montante de 25.230.860 €, conforme discriminado no quadro seguinte.

Comparativamente ao ano anterior verifica-se um decréscimo global, de 0,25%.

Quadro 5 - Gastos Operacionais do Exercício

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	2018	2016	VAR (%)
Fornecimentos e serviços externos	3.281.819	3.490.464	-6,36%
Gastos com o pessoal	7.756.871	7.483.600	3,52%
Amortizações do exercício	13.635.840	13.837.191	-1,48%
Outros gastos operacionais	556.330	481.606	13,43%
TOTAL	25.230.860	25.292.861	-0,25%

Fonte: APRAM, S.A.

² Pesa, neste item, a taxa paga pela BFS no porto do Porto Santo e que em 2016 e 2017 houve uma taxa adicional anual, devido ao reembolso comunitário do espaço ocupado.

O acréscimo verificado nos “Gastos com pessoal” fica a dever-se essencialmente à antiguidade do pessoal e vencimento das respetivas diuturnidades bem como à atualização do subsídio de refeição.

No anexo VI, apresenta-se detalhadamente todos os gastos orçamentados.

7.4. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros previstos para o ano 2018, no valor de 21,15 M€, destinam-se ao pagamento dos encargos financeiros e amortizações de capital, decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em ativos fixos tangíveis.

7.5. OUTROS GASTOS

Na rubrica “trabalhos especializados” está contemplado um valor de 270.492 €, para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer nos tribunais, movidos nomeadamente pela Associação de Armadores da Marinha Mercante, processos de cobrança coerciva de dívidas através de execução fiscal, quando são objeto de oposição e ou impugnação, processo de execução da sentença proferida pelo tribunal arbitral no litígio que opõe a APRAM, S.A. à CLCM, movidos junto do TAF, processo cível movido pela Empresa de Navegação Madeirense e processos movidos pelos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica com vista à sua integração nos quadros de pessoal da APRAM, S.A. no Porto Santo.

8. PLANO DE FINANCIAMENTO

A atividade desenvolvida pela empresa gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes.

Quanto às cobranças, há a referir o seguinte:

- O processo da cobrança da licença de ocupação de espaço no Caniçal pela CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, com decisão arbitral favorável à APRAM, S.A. do Tribunal Arbitral, mas que continua o diferendo para o pagamento voluntário, pendente de decisão judicial de execução da referida sentença arbitral/cobrança coerciva pela via da execução fiscal, sendo que a dívida ascendia a 3 189 578,22 € em dezembro de 2017;

- Outros processos em fase de cobrança coerciva em execução fiscal, cujo montante ascende a 4.284.063,62€.

8.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, facto este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

Quadro 6 – Autofinanciamento

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	VALOR
Amortizações do exercício	13.635.840
Provisões do exercício	0
TOTAL	13.635.840
Resultado líquido do exercício	- 13.092.883
Amortizações	13.635.840
Provisões (variação)	0
1 - Fundos libertos	542.957
2 - Amortizações dos financiamentos	15.606.788
3 – Investimento	9.281.633
COBERTURA DO INVESTIMENTO POR AUTO FINANCIAMENTO (1-2) / (3)	- 162,30%

Fonte: APRAM, S.A.

8.2. PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Relativamente a projetos comunitários, apenas estão em curso três projetos cofinanciados, mas de pequena expressão do ponto de vista financeiro. Falamos dos projetos de reabilitação do cais da Ponta do Sol, no âmbito do programa Madeira 14-20, GAINN - LNG Green CID e JUL – Janela Única Logística, no âmbito do Portugal 20-20.

Os dois primeiros são projetos na reabilitação do património e na área das energias limpas (gás natural liquefeito) e o último prende-se com o desenvolvimento de uma ferramenta informática comum a todas as administrações portuárias que configure uma evolução da atual JUP para a JUL, congregando a desmaterialização de toda a cadeia logístico portuária.

Paralelamente poderão ainda ao longo do ano surgir possibilidades de candidatura a financiamento comunitário no quadro do Madeira 14-20, possibilidades essas que serão avaliadas oportunamente.

Já no que concerne a contratos programa, está prevista a reprogramação financeira do contrato celebrado em anos anteriores e a celebração de novo, contratos estes que se destinam a fazer face aos investimentos mencionados no quadro 3.

No orçamento para 2018 não estão quantificadas indemnizações compensatórias porquanto apesar de solicitadas nunca foram concedidas sob o argumento que a APRAM, S.A. celebrou, e celebra, contratos de mútuo com o acionista para o pagamento da dívida.

8.3. RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018

A APRAM, S.A. apresenta como principais riscos orçamentais, com reflexos na arrecadação e cobrança de receitas e no cumprimento das responsabilidades de capital e juros nas operações de financiamento contratadas, os seguintes:

- Diminuição das expetativas (atualmente positivas) relativas ao desempenho da atividade económica, o que se traduziria num risco potencial diminuição de navios que atracam os portos e na movimentação de passageiros e mercadorias;
- Riscos associados a condições meteorológicas adversas seja na RAM seja na área de influência da rota atlântica, potencialmente geradora de cancelamentos de reservas de navios de cruzeiro, ou ainda a alguma volatilidade do mercado, que pode potencialmente desviar navios para outras zonas do globo onde surja maior procura e apetência pelo turismo de cruzeiros;
- Desistência de alguns concessionários dos espaços que ocupavam em área dominial sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Acionamento da cláusula de *cross default* dos empréstimos, na quase totalidade com o aval da RAM.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018 é exequível com a cobrança efetiva das receitas, do recebimento das tranches previstas nos contratos de mútuo, dos montantes dos contratos programa a celebrar com o Governo Regional da Madeira, da Lei de Meios e do cofinanciamento dos projetos com apoio comunitário, pelo que as principais fontes de

financiamento são as expressas no ponto seguinte (Quadro 7 – Mapa de aplicações e origens dos investimentos).

MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS FUNDOS

Quadro 7 - Mapa de Aplicações e Origens dos Fundos

Un.: Euros

DESCRIÇÃO		ANO 2018
APLICAÇÕES DE FUNDOS		
1	Investimentos em capital fixo	
	Terrenos	
	Edifícios e instalações	8.565.183
	Equipamentos	155.000
	Móveis, utensílios e viaturas	385.000
2	Outros investimentos	
	Estudos, projetos, fiscalização	
	Formação de pessoal, investigação	
	Outros gastos de investimento	176.450
3	Reembolsos de capital	
	De empréstimos	15.606.788
	De suprimentos	
	Reduções de capital social	
4	Aumento dos fundos circulantes	5.273.726
5	TOTAL DE APLICAÇÕES	30.162.147
ORIGENS DE FUNDOS		
7	Capital social	
	Realização inicial	
	Aumentos	
8	Créditos obtidos de terceiros e sócios	
	Créditos correntes de fornecedores	
	Empréstimos (Mútuos)	21.145.514
	Suprimentos	
	Contratos Programa com a RAM / PIDDAR / Lei de Meios	8.890.183
	Subsídios ao Investimento - Fundos Comunitários	
	Outros créditos	126.450
10	Diminuição dos fundos circulantes	
11	TOTAL DE ORIGENS	30.162.147

Fonte: APRAM, S.A.

9. DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL

Para além dos investimentos do plano mencionados no ponto 6 e pela importância que se revestem apontam-se como principais gastos com reflexos em vários anos económicos (a inscrever no SIGO RAM como encargos plurianuais) os seguintes:

Quadro 8 – Encargos Plurianuais

Aquisição de bens e serviços
Limpeza das instalações
Vigilância e segurança
Serviços de recolha de resíduos, associados às descargas dos navios que demandam os portos da RAM
Aquisição de combustíveis
Certificação da frota marítima
Contratualização de seguros nos diferentes ramos
Encargos com o serviço da dívida

Fonte: APRAM, S.A.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento das disposições normativas/regulamentares e procedimentais associadas à reclassificação da APRAM, S.A. e à sua inclusão no perímetro da administração pública como empresa reclassificada.

Foram tidas presentes as orientações de gestão emanadas pelo acionista único, representado pelo Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, nomeadamente nos valores a inscrever no orçamento de 2018 e na definição das prioridades dos investimentos que integram o PIDDAR 2018.

Imperará a salvaguarda do normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental, nomeadamente dos princípios que regem a elaboração e alteração do orçamento em termos de contabilidade pública e da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2018.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., 16 de janeiro de 2018.

Os membros do Conselho de Administração:

A Presidente,

A Vogal,



(Maria Lígia Ferreira Correia)



(Maria de Fátima Pita Carvalho Correia)

ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		297.491.821	310.437.603
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		45.478	52.105
Ativos biológicos			
Participações financeiras - Met. Equiv. Patr.			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos financeiros			
Subtotal		297.537.299	310.489.708
Ativo corrente			
Inventários		10.000	10.000
Ativos biológicos			
Clientes		3.003.197	4.229.885
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		104.314	98.144
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		3.484.834	6.103.208
Diferimentos		35.823	82.899
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		396.319	72.136
Subtotal		7.034.487	10.596.272
Total do Ativo		304.571.786	321.085.980

ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		59.129.505	59.129.505
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.449	3.458.449
Resultados transitados		- 221.176.727	- 202.505.369
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		180.293.492	180.293.492
Outras variações no capital próprio		99.903.327	98.869.615
Resultado líquido do período		- 13.092.883	- 17.931.091
		108.515.163	121.314.601
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		108.515.163	121.314.601
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		101.971.945	117.578.732
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		101.971.945	117.578.732
Passivo corrente			
Fornecedores		555.873	634.816
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		304.859	287.458
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		81.174.368	64.542.637
Outras contas a pagar		70.748	4.132
Diferimentos		1.459.959	1.413.931
Outros passivos financeiros detidos para negociação		10.518.870	15.309.673
Subtotal		94.084.677	82.192.647
Total do passivo		196.056.622	199.771.379
Total do capital próprio e do passivo		304.571.785	321.085.980

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		11.831.254	11.673.522
Subsídios à exploração		126.450	81.075
Ganhos/Perdas imputados de subsídios, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimento e serviços externos		-3.281.819	-3.490.464
Gastos com o pessoal		-7.756.871	-7.483.600
Imparidade de inventários (Perdas/Reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)			
Provisões (Aumentos/Reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos/Reduções de justo de valor		2.847.096	-892.891
Outros rendimentos e ganhos		2.846.244	2.675.492
Outros gastos e perdas		-556.330	-481.606
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.056.024	2.081.528
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13.635.840	-13.837.191
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (Perdas/Reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.579.816	-11.755.664
Juros e rendimentos similares obtidos		27.000	25.250
Juros e rendimentos similares suportados		-5.540.067	-6.200.677
Resultado antes de impostos		-13.092.883	-17.931.091
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-13.092.883	-17.931.091

ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		12.440.182	12.029.892
Pagamentos a fornecedores		-3.770.510	-3.881.367
Pagamentos ao pessoal		-7.684.489	-7.478.600
Caixa gerada pelas operações		985.183	669.925
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-560.830	-573.606
Outros recebimentos/pagamentos		216.450	102.500
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		640.803	198.819
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-9.195.633	-8.019.098
Ativos intangíveis		-86.000	-190.000
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		8.890.183	12.336.671
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-391.450	4.127.573
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		21.145.514	17.419.073
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-15.606.788	-15.606.788
Juros e gastos similares		-5.463.896	-6.108.677
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		74.830	-4.296.392
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		324.183	30.000
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		72.136	42.136
Caixa e seus equivalentes no fim do período		396.319	72.136

ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

DESCRIÇÃO	2018	2017	VAR. (%)
TUP - Navio	1.311.677	1.266.612	3,56%
TUP - Carga Geral	74.301	71.748	3,56%
Armazenagem de Contentores	141.131	136.282	3,56%
Diversos Serviços	262.280	253.269	3,56%
Amarração/Desamarração	613.927	592.834	3,56%
Serviço de Reboques	677.797	654.509	3,56%
Serviço de Lancha	11.562	11.164	3,56%
Serviço Pilotagem	925.816	894.007	3,56%
Serviço Báscula - Pesagem	11.916	11.506	3,57%
Fornecimento de Mão-de-Obra	106.290	102.638	3,56%
Serviço de Guindagem	12.971	12.525	3,56%
Fornecimento Água	198.835	192.004	3,56%
Fornecimento de Energia Elétrica	107.728	104.027	3,56%
Fornecimento de Energia Elétrica Contentores	11.493	11.098	3,56%
Estacionamento Navio	25.071	24.210	3,56%
Concessões e Aluguer	1.171.575	1.380.084	-15,11%
TUP - Granéis Sólidos	506.991	489.572	3,56%
TUP - Graneis Líquidos	260.825	251.864	3,56%
TUP - Contentores	3.165.318	3.056.566	3,56%
TUP Veículos	372.143	359.357	3,56%
TUP - Outros (BAL)	477	460	3,70%
Tráfego de Passageiros	1.370.989	1.323.885	3,56%
Fundeadoiro de Navio	19.892	19.208	3,56%
Fornecimentos Diversos (Resíduos, ISPS)	470.249	454.093	3,56%
Subsídios à Exploração	126.450	81.075	55,97%
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	11.957.704	11.754.597	1,73%

ANEXO VI – GASTOS

DESCRIÇÃO	2018	2017	VAR. (%)
FSE - Eletricidade	188.934	188.525	0,22%
FSE - Gasóleo	298.869	298.992	-0,04%
FSE - Gasolina	3.300	2.500	24,24%
FSE - Água	314.286	314.286	0,00%
FSE - Ferramentas UD	4.098	35.656	-770,01%
Livros e Documentos Técnicos	2.869	2.869	0,00%
Material Escritório	9.836	16.393	-66,67%
Artigos para Oferta	11.475	4.098	64,29%
Rendas e Alugueres	11.443	27.459	-139,97%
Despesas de Representação	3.000	2.500	16,67%
Comunicações	47.295	47.207	0,19%
FSE - Seguros	151.000	125.000	17,22%
Transporte Mercadorias	8.361	8.689	-3,93%
Deslocações e Estadias	49.250	87.049	-76,75%
Honorários	81.967	40.984	50,00%
Contencioso Notariado	12.295	9.836	20,00%
Conservação e Reparação	963.057	1.236.066	-28,35%
Publicidade e Propaganda	102.459	84.488	17,54%
Limpeza e Higiene	241.475	237.377	1,70%
Vigilância e Segurança	340.164	393.443	-15,66%
Trabalhos Especializados	410.975	270.492	34,18%
Outros FSE	25.410	56.557	-122,58%
OS - Vencimentos	131.364	157.452	-19,86%
OS - Outras Remunerações	45.100	32.160	28,69%
P - Remunerações	3.479.922	3.440.408	1,14%
P - Subsídio de Férias/Natal	606.168	612.690	-1,08%
P - IHT/CTSDF	873.180	814.005	6,78%
P - Subsídio de Turno	130.000	133.280	-2,52%
P - Ajudas de Custo	40.000	35.000	12,50%
P - Subsídio de Alimentação	299.160	309.727	-3,53%
P - Horas Extras/Subsídio Prevenção/Compensação	236.794	203.097	14,23%
P - Subsídio Insularidade Porto Santo	100.500	81.941	18,47%
P - Subsídio Falhas, Patrulha e Chefia Pilotagem	28.800	7.500	73,96%
P - Outras Remunerações	55.850	60.174	-7,74%
Pensões	10.000	0	100,00%
Enc. Remunerações	1.395.651	1.396.496	-0,06%
Seguro Acidentes Trabalho	181.528	104.891	42,22%
Custos ação Social	61.461	59.779	2,74%
Outros Custos Pessoal	81.393	35.000	57,00%
Amortizações do Exercício	13.635.840	13.837.191	-1,48%
Juros e Gastos Similares	5.540.067	6.200.677	-11,92%
Outros Gastos e Perdas	556.330	481.606	13,43%
GASTOS TOTAIS DA APRAM, S.A., S. A.	30.770.927	31.493.538	-2,35%

ANEXO VII – PLANO DE INVESTIMENTOS

PROJETO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL 2018
51457	Aquisição de equipamentos de raios X para o porto do Funchal	5.000,00
51461	Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal	1.565.000,00
51462	Reparação dos danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no porto do Caniçal	58.267,00
51466	Reparação dos danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no cais de Machico	1.000.000,00
51469	Modernização e upgrade do hardware da APRAM, S.A.	20.000,00
51470	Modernização do software - Governo eletrónico e AIS	50.000,00
51471	Modernização dos equipamentos administrativos	5.000,00
51472	Meios de suporte básico para assistência técnica às embarcações	10.000,00
51475	Modernização da ferramentaria marítimo-portuária	10.000,00
51507	Projetos comunitários - outros	450,00
51553	Otimização da Frente de Proteção Marítima do Depósito de inertes criada a nascente do cais do Funchal	2.705.000,00
51791	Dragagem do Porto do Funchal	1.030.000,00
51794	Reparação do Porto do Porto Santo	630.000,00
51795	Dragagem do porto do Porto Santo	255.000,00
51796	Aquisição de equipamentos de movimentação e veículos de transporte	150.000,00
51797	Diversas ações de manutenção na Gare Marítima	100.000,00
51799	Reconstrução do Cais da Ribeira Brava	100.000,00
51800	Cais da Ponta do Sol	130.000,00
51805	Reparação do terminal de contentores do porto do Caniçal	100.000,00
51806	Diversas ações de manutenção no Porto do Caniçal	74.716,00
51807	Reforço do manto de proteção do terraplano nascente do porto do Caniçal	812.200,00
51831	Empreitada de construção de um heliporto no porto do Funchal	5.000,00
51839	Reestruturação da APRAM, S.A.	20.000,00
51899	Projeto JUL – Janela Única Portuária	86.000,00
51903	Substituição dos cabeços de amarração nos portos da RAM e assinalamento marítimo	360.000,00
TOTAL		9.281.633,00